



Sessões de Pôsteres



Sessão de Poster 03

Democracia e lutas por justiça social e ambiental

Coordenadoras/es

Cássia Vieira (NAEA/UFPA)

Raiana Siqueira (NAEA/UFPA)

Raul Vítor Oliveira Paes (PPGCI/ICSA)

Paulo Italo da Silva Laredo (PPGED / UFPA)



EM DESTAQUE “Trabalho apresentado contemplado com menção Honrosa”

Sessão de Pôster

A fala do Território: Identidade e R-existência no Quilombo de Pitimandeuá

Emilly Eduarda da Silva Cantanhede¹ (UEPA)

Lucas Vianey Corrêa Silva² (UEPA)

Aiala Colares de Oliveira Couto³ (UEPA)

Resumo: Este artigo busca compreender as estratégias territoriais de resistência do quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá em Inhangapí-Pará, resultante de um projeto de iniciação científica com duração de um ano. O estudo tem como propósito analisar as estratégias territoriais de resistência empregadas no território quilombola de Pitimandeuá. Neste contexto, a resistência é concebida como a persistência de um grupo étnico ancestral que enfrentou processos históricos de invisibilidade e subalternidade. Contudo, por meio de sua identidade distintiva e da interação intrínseca com o ambiente natural, essas comunidades conseguiram preservar sua presença histórica.

Realizou-se um amplo levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo, e uma semana de trabalho de campo no território quilombola proporcionou uma imersão nas dinâmicas locais, incluindo aspectos culturais e práticas econômicas. A coleta de dados envolveu registros fotográficos e entrevistas com membros da comunidade para melhor compreensão das formas de resistência e a economia sustentável baseada nos recursos naturais da região, buscando compreender a interseção entre identidade, território e natureza na construção da "r-existência" quilombola.

O artigo científico aborda de maneira integrada a relevância política, econômica e cultural dos territórios quilombolas, salientando a ancestralidade, coletividade e relações horizontais como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. Inicialmente, o texto contextualiza a formação dos quilombos no Brasil e na Amazônia, abordando aspectos como militarização,

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: emilly.edscantanhede@aluno.uepa.br

² Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: lucas.vcsilva@aluno.uepa.br

³ Pós Doutor em Geografia e docente e orientador da pesquisa, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: aialacouto@uepa.br

catequização e a presença de mão de obra indígena e africana. Destaca-se também rebeliões e a titulação de terras quilombolas como estratégias de resistência.

A posteriori o texto direciona seu foco para o quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá, analisando especialmente suas relações com o território, como o processo de educação quilombola, festividades religiosas e a relevância econômica do extrativismo, em especial do açaí no território. O artigo sobressai a relação simbiótica entre as práticas culturais e econômicas, especificamente a bioeconomia local, evidenciando o papel central do território na segurança alimentar, economia circular e sustentabilidade. A discussão ressalta a importância do extrativismo sustentável, com foco especial no açaí como elemento-chave. A relação intrínseca entre território, identidade e natureza é explorada como fator essencial para a existência quilombola.

Os resultados deste artigo indicaram conquistas significativas na comunidade quilombola analisada, destacando a autonomia econômica como um componente central. Além disso, a soberania alimentar emergiu como um elemento crucial. A união e o trabalho familiar foram identificados como pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas. A coesão social e a colaboração dentro da comunidade foram fatores-chave que impulsionaram o desenvolvimento econômico sustentável.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as estratégias identitárias e a r-existência nos quilombos amazônicos, destacando a importância da relação entre terra, território, floresta, família e trabalho. A pesquisa visa contribuir para debates mais amplos sobre a resistência quilombola, enfatizando a vitalidade e a relevância dessas comunidades na Amazônia.

Palavras-chaves: Bioeconomia; Território; R-existência; sustentabilidade.



Sessão de Pôster

Participação Social no Orçamento Público: Uma análise no conceito de orçamento participativo no Brasil e na América Latina.

Regeane Kelly Holanda do Carmo⁴(UFPA)

Este trabalho argumenta sobre a participação social no orçamento público no Brasil e na América Latina, com intuito de ressaltar as possibilidades que o OP atribui sobre a governança na gestão pública. No Brasil, o Orçamento Participativo teve início em 1989 com Porto Alegre que se tornou modelo quanto à participação democrática dos cidadãos em influenciar ou decidir sobre o orçamento público. Outras cidades no país que têm o orçamento participativo são Belo Horizonte, Recife e Brasília-DF. A América Latina segue sendo a região com maior registro de experiências de Orçamento Participativo no mundo. A avaliação foi feita pelo professor Giovanni Alegretti, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, durante a Mesa Redonda “OP e Democracia Participativa na América Latina”, que faz parte da programação do Fórum Social Temático. A Constituição Federal de 1988 traz o tema “Dos Orçamentos” em seus artigos 165 a 169, os quais dispõem sobre as normas gerais do orçamento público brasileiro. Sendo assim, todas as leis relacionadas ao orçamento público devem estar em harmonia com esses dispositivos. Para esta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico no Google Scholar e Portal de Periódico da CAPES. Os resultados e discussões sobre a temática permitem entender que o orçamento participativo é tanto utilizado para democratizar a sociedade e fortalecer a sociedade civil, quanto para combater a corrupção e gerar responsabilização dos gestores quanto à prestação de contas do orçamento público. Conclui-se que o OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que dá possibilidade ao cidadão em interferir sobre o orçamento público e com isso, seria interessante implementar das demais cidades brasileiras apesar de ser uma parte do que vem a ver o controle das contas públicas.

Palavras-chaves: Democracia Participativa; Orçamento Público; *Accountability*; Governança; Gestão Pública.

⁴ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Faculdade de Ciências Contábeis (FACICON), UFPA, Brasil.
regeane.carmo@icsa.ufpa.br



Sessão de Pôster

A Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, e sua contribuição para o debate acerca de crises democráticas.

Douglas Américo de Souza ⁵(UEPA),
Sérgio Roberto Moraes Correa ⁶(UEPA)

A presente proposta que toma por base a Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, se propõe a tomar como campo investigativo, o pensamento crítico intelectual latino americano, estando em particular, o brasileiro, para analisar contribuições e interpretações para o debate da democracia e crises democráticas, vivenciadas, especialmente, no período de 2016 a 2022. Aqui o objetivo será de mostrar os debates, desafios e limites de como o tema da democracia vem se delienando nos estudos latino-americano, em especial, o caso brasileiro, a partir do esforço investigativo do sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes. Enquanto metodologia, esta pesquisa se assenta em uma breve revisão bibliográfica, focando em como Florestan Fernandes destaca a necessidade das “simples reformas” para a sociedade, ou como poder-se-á pensar em “Reformas ou Revoluções”. A pesquisa ainda, parte do projeto investigativo, que esta vinculado ao PIBIC-CNPq, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional nas Margens Amazônicas (GEPPSEMA). Assim, as análises apontarão em como se dá a contribuição do pensamento crítico de Florestan Fernandes para o debate da crise da democracia na sociedade. Ainda, observar a visibilidade de uma rica e complexa produção de conhecimento crítico latino-americana, em particular brasileira, no tocante à democracia, que historicamente é desperdiçado por toda uma hegemonia da influência eurocêntrica na ciência moderna das ciências sociais/humanas;

Palavras-chaves: Florestan Fernandes, democracia, pensamento critico.

⁵ Graduando do 8º semestre de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Email: douglas.souza@aluno.uepa.br.

⁶ Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Pará, UEPA. Email: sergio.correa@uepa.br



Sessão de Pôster

Nosso Norte é o Sul: Reflexões sobre o avanço da extrema direita na América do Sul

Amanda Nathalia Pinho Andrade⁷ (UFPA),
Gabriel Bahia Vieira⁸ (UFPA)
Larissa Monteiro do Santos⁹ (UFPA)
Pedro Luiz Costa Ferreira Junior⁴ (UFPA)

A partir da análise comparativa entre Brasil e Argentina e seus papéis estratégicos na conjunção e correlação de forças no Cone Sul, este resumo busca apreender as complexidades sócio-históricas e políticas dos países em tela que possibilitaram o avanço da extrema direita, ora ocupando a direção oficial do Estado, por meio do poder executivo, ora assumindo espaços de poder no legislativo e suas repercussões para as classes trabalhadoras. Na última década estes países intercalaram governos de concertação social, com políticas conciliadoras e de frente ampla formadas por segmentos e frações da burguesia (simbolizadas tanto pelo peronismo-kirchnerismo, na Argentina e pelo petismo-lulismo, no Brasil), com governos de extrema direita. Este é um aspecto que nos permite problematizar as particularidades históricas com suas aproximações, afastamentos e conexões com o tema central deste resumo, permitindo-nos apreender melhor a historicidade deste movimento e como ele se expressa nas tendências políticas e sociais dos referidos países. O Brasil vivenciou uma experiência de treze anos de governo petista, solapado pelo golpe jurídico-parlamentar que culminou em impeachment, em 2016, da então Presidenta Dilma Rousseff. Neste mesmo período, a Argentina encontrava-se sobre o comando dos Kirchner (Néstor e Cristina), tendo ambos, políticas sociais e econômicas muito semelhantes. Este cenário vai se alterar para os dois países, a partir de 2015, com a eleição na Argentina do direitista Mauricio Macri, e no Brasil, pós-impeachment, com Michel Temer, que também imprimiu mudanças à direita, vide as contrarreformas aprovadas, particularmente, a trabalhista e previdenciária. O enfraquecimento das organizações autônomas da classe trabalhadora brasileira e a agudização da crise capitalista em nível mundial abriu espaço para uma extrema direita, com base social extremista, ultraconservadora, fascista e com defesa radical dos valores da família tradicional, que foi capitaneada na eleição por Jair Bolsonaro. Na Argentina, após a experiência ultraneoliberal de Macri, houve uma alternância de poder, com a eleição de Alberto Fernández, representando a volta do kirchnerismo. Os dois países, vivem neste período, experiências governamentais diferentes. No Brasil de Jair Bolsonaro, imprimiu-se uma política de morte, que teve como um de seus alvos, o ataque à ciência e cultura, por meio do negacionismo e da pauta de costumes, esta última muito bem representada no aumento de parlamentares de cariz reacionário e religioso. Na Argentina, o governo de Fernandez, foi marcado pela deterioração econômica, crise cambial e aumento galopante da inflação que deteriorou o poder aquisitivo do povo e abriu caminho para a eleição em 2023, do ultradireitista, Javier Milei. No Brasil, houve alternância de poder com o retorno de Lula da Silva, na presidência, mas isso, em nenhum momento, indica o enfraquecimento da extrema-direita, ao contrário. No contexto destas duas conjunturas, percebe-se que é a classe trabalhadora que vivencia os ardis capitalistas, com a intensificação da precarização do mundo do trabalho; do desemprego e da fome; e da escassez de proteção social. Faz-se necessário, assim, apreender os determinantes e as tendências postas, expressas nos projetos societários em

⁷ Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: amandanathalia.an@gmail.com

⁸ Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: gabrielbahia11908@gmail.com

⁹ Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: larissa2lmonte@gmail.com

⁴ Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: pedroferreirajr13@gmail.com

disputa, pela perspectiva de construção de estratégias, alianças e resistências entre as classes trabalhadoras latino-americanas.

Palavras-chaves: Extrema-Direita; Conservadorismo; Contrarreformas sociais; América do sul.



Sessão de Pôster

Defensoria Pública dos Estados: A disputa pela inclusão constitucional e a garantia da promoção de direitos no Estado Democrático de Direito

Adriano Patrício Vieira (UFPA)¹

Juan Pablo Lima Chaves (UFPA)²

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do método dedutivo de investigação e da revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, a fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: como embates corporativos no sistema jurídico brasileiro impactam a implementação substantiva de um Estado Democrático de Direito, considerando o caso das Defensorias Públicas Estaduais? Desse modo, visa, como objetivo geral, proceder uma análise histórica e contemporânea acerca dos conflitos jurídico-corporativos que envolveram a inclusão constitucional das DPEs, avaliando os seus impactos para a promoção de direitos. Ainda, apresenta como objetivos específicos (i) Explicar de forma sistêmica o surgimento das defensorias estaduais, inclusive quanto aos órgãos e as razões de oposição à sua institucionalização; (ii) Descrever o papel das DPEs para a preservação do Estado Democrático de Direito; e (iii) Compreender como diferentes conjunturas políticas e articulações jurídicas impactam na função promotora de direitos pelas Defensorias Estaduais, em contextos judicial e extrajudicial. A Defensoria Pública teve muitos entraves que dificultaram o seu processo de institucionalização na Constituição Federal. Os mais relevantes a serem considerados se resumem à resistência de entidades como a OAB e a PGE à implementação constitucional das defensorias, pois temiam perder atribuições que assumiam dentro do sistema jurídico à época, as quais viriam, com a institucionalização, a ser de responsabilidade das futuras defensorias, assim como a ausência de consenso por parte dos constitucionalistas a respeito de qual seria o papel das defensorias nos estados. Tais impasses levaram a calorosas e intensas discussões na Assembleia Constituinte de 1987-1988 (Moreira, 2019, p. 20). As DPEs ainda sofrem os reflexos desses problemas, que se repercutem na discrepância salarial em comparação a outras instituições jurídicas, o baixo orçamento destinado às atividades das defensorias, a falta de reconhecimento da instituição por parte dos demais órgãos judiciais e os grandes desafios para lutar a favor da democracia e da garantia de direitos durante governos antidemocráticos. Estes são alguns dos principais problemas que dificultam o cumprimento de seu papel constitucional (Neder, 2008, p. 227). Por meio do presente trabalho, é possível compreender os impactos que a institucionalização da Defensoria Pública tem na garantia de direitos da população brasileira. Atualmente as defensorias estão em luta ativa pela adequação dinâmica de seu papel na efetivação de um Estado Democrático de Direito que está em permanente evolução e pelo seu reconhecimento como órgão legitimamente institucionalizado dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Isto pois, mesmo após a sua inclusão constitucional, o que se buscava alcançar com o surgimento dessa instituição ainda parece distante, principalmente pelo fato da implementação das Defensorias nos Estados ter ocorrido de forma heterogênea e gradativa, bem como devido ao seu surgimento em dependência de órgãos como o Ministério Público, em um primeiro momento (MOREIRA, 2019, p. 19). Por fim, esta pesquisa chega à conclusão de quais são os efeitos que tais processos históricos têm na atual conjuntura político-constitucional

das Defensorias Estaduais e elenca possíveis propostas de resolução para esses conflitos, a fim de contribuir para a promoção de direitos e garantias coletivas e individuais dentro do estado brasileiro.

Palavras-chave: Constituição; corporativismo; Defensoria Pública; institucionalização; democracia.

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, Brasil. adrianovieiral210@gmail.com

² Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, Brasil. juanpablochaves448@gmail.com



Sessão de Pôster

Da ocupação à resistência na luta pela terra na Amazônia: Uma matriz histórica do Acampamento Quintino Lira (PA)

Arlan Seabra Nunes¹⁰ (UFPA)

O acampamento Quintino Lira, localizado no município de Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense, ocupado em 2007, foi estabelecido em uma área denominada de fazendas Cambará I e II, de aproximadamente trezentos mil hectares. O acampamento é associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se caracterizou como um território marcado historicamente por diversos conflitos fundiários, representando um exemplo significativo de ocupação de terras no contexto da luta pela reforma agrária e reflete a atuação do movimento em tornar este também um espaço de resistência e mobilização social. O objetivo do presente estudo, portanto, foi traçar uma linha do tempo que possibilite a reflexão e discussão sobre o processo de luta pela terra na Amazônia, seus desafios e a atuação do MST para o debate em torno da reforma agrária. Metodologicamente, foi desenvolvido uma matriz histórica com lideranças, acampados e militantes, permitindo uma abordagem qualitativa e participativa da pesquisa, visando entender e documentar a história e as experiências vividas dentro do território, permitindo o enfoque e a coleta de narrativas pessoais e coletivas, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e políticas que moldam o acampamento e o movimento. As reivindicações coletadas durante todo o processo de desenvolvimento da técnica pelos acampados da área é, segundo os próprios: como em outros acampamentos do MST, a redistribuição de terras improdutivas para o estabelecimento de assentamentos de reforma agrária. Eles reivindicam o direito de cultivar a terra e de viver do trabalho agrícola, ressaltando a importância da reforma agrária para além de buscar justiça social e distribuição de terras, mas também como essencial para o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a preservação ambiental. Não apenas atuando na diminuição da desigualdade social e territorial, mas também o fortalecimento da economia local através da agricultura familiar e agroecologia. O processo de ocupação e consolidação do acampamento foi marcado por desafios aos processos sistêmicos de vulnerabilização e, segundo os participantes, pelo objetivo de um futuro mais sustentável no campo. Ao longo do processo de desenvolvimento do mapeamento, foi possível coletar dados e identificar padrões que mostram que os ocupantes enfrentam frequentemente a vulnerabilização sistêmica que indicam, desde a ocupação da área, a dificuldade de acesso e consolidação a terra, manifestada também através dos eventos relatados que indicam os despejos forçados, difícil relação e comunicação com as autoridades e poder público, falta de acesso e desmonte a serviços básicos dentro do acampamento, violência e ataques constantes aos acampados e suas produções.

Palavras-chaves: MST. Reforma Agrária. Violência. Amazônia.

¹⁰ Graduando de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: arlan.nunes@ifch.ufpa.br



Sessão de Pôster

Título do trabalho: Hermenêutica da Diversidade: Compreensão da Linguagem Escrita e Oral na Contextualização Histórica do Movimento e Novas Abordagens

Davi Marvim Willyam Lima Pingarilho¹¹(UFPA),
Dra. Vera de Souza Paracampo¹²(UFPA)
Maria Vitoria de Souza Paracampo¹³(UFPA)

A hermenêutica da diversidade é uma abordagem interpretativa que busca compreender a complexidade e multiplicidade de significados presentes nos fenômenos culturais, sociais e linguísticos. Este conceito se torna particularmente relevante quando aplicado à compreensão da linguagem escrita e oral, inserindo-se em um contexto histórico que reflete a evolução dos movimentos sociais e as novas abordagens interpretativas.

A hermenêutica, originada da filosofia grega, refere-se à interpretação de textos e à compreensão profunda dos significados subjacentes. Na contemporaneidade, a hermenêutica se expandiu para abranger a diversidade cultural, reconhecendo que diferentes contextos influenciam a interpretação de símbolos, normas e expressões linguísticas. No âmbito da linguagem escrita e oral, a hermenêutica da diversidade destaca a necessidade de considerar as diversas perspectivas culturais, históricas e sociais que moldam o entendimento dos textos.

A compreensão da linguagem escrita e oral na hermenêutica da diversidade implica reconhecer que as palavras carregam consigo uma carga cultural e histórica. Cada grupo étnico, social ou cultural possui sua própria forma de se expressar, construindo significados que podem variar significativamente. Assim, a interpretação de um texto deve levar em conta não apenas a gramática e o léxico, mas também a bagagem cultural que permeia a linguagem utilizada.

No contexto histórico do movimento da hermenêutica da diversidade, observa-se uma crescente conscientização sobre a importância de dar voz às comunidades marginalizadas. Movimentos sociais têm destacado a necessidade de reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão cultural, buscando superar estereótipos e preconceitos. A hermenêutica da diversidade surge como uma resposta a essa demanda, propondo uma abordagem mais inclusiva na interpretação de textos e discursos.

O advento das novas abordagens na hermenêutica da diversidade também está relacionado ao avanço tecnológico e à globalização. A comunicação instantânea e o acesso rápido à informação permitiram um intercâmbio cultural sem precedentes, desafiando as abordagens tradicionais de interpretação. Nesse contexto, a hermenêutica da diversidade incorpora a ideia de interculturalidade, reconhecendo a constante interação e influência mútua entre diferentes grupos culturais.

Além disso, a hermenêutica da diversidade amplia o escopo da interpretação para além do texto escrito, considerando também a linguagem oral. A tradição oral desempenha um papel crucial em muitas culturas, transmitindo conhecimentos, histórias e valores de geração em geração. A compreensão da herança oral é essencial para uma interpretação abrangente e respeitosa da diversidade linguística.

Em síntese, a hermenêutica da diversidade na compreensão da linguagem escrita e oral é uma abordagem que reconhece a riqueza e complexidade das expressões culturais e linguísticas. Ela se insere em um contexto histórico marcado pelo movimento de valorização das diversidades e busca

¹¹ Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: davimarvim77@gmail.com.

¹² Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: paracampo@ufpa.br.

¹³ Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: mvparacampo@ufpa.br.

promover uma interpretação mais inclusiva e sensível às múltiplas formas de comunicação. As novas abordagens nesse campo refletem a necessidade de adaptar as práticas interpretativas às dinâmicas sociais e culturais em constante transformação.

Portanto, neste aspecto o presente trabalho consiste em descrever e esquematizar todo trajeto histórico e filosófico que autores e estudiosos desenvolveram a hermenêutica até que ela assumisse esta roupagem a qual passa a considerar mais profundamente as demais visões culturais e sociais presentes no mundo todo.

Palavras-chaves: Hermenêutica, Diversidade, Culturas, Linguagem, Escrita.



Sessão de Pôster

Indicadores de crimes motivados pela LGBTQIAPN+fobia no Brasil (2022)Eduardo Henrique Costa Maciel¹⁴(Estácio Pará),
Francisco dos Santos Neto¹⁵(PPGSS/UFPA)

Este trabalho é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de um de seus autores. Considera-se a referida temática como de fundamental importância, tendo em vista que o Brasil está entre os países com maior incidência de crimes de ódio motivados pela livre orientação sexual e identidade de gênero, sendo, portanto, a LGBTI+fobia uma expressão da questão social para a qual o Estado precisa pensar políticas públicas de enfrentamento. Diante disso, é de fundamental importância discutir a referida temática, sendo o problema de pesquisa deste trabalho: investigar quais os indicadores sociais atuais no que se refere aos crimes de ódio contra a população LGBTQIAP+ no Brasil? No que concerne ao objetivo geral da pesquisa propõe-se: analisar os indicadores sociais no que se refere aos crimes de ódio contra a população LGBTQIAP+. Quanto aos específicos: 1) Apresentar um debate sobre sexualidades humanas e a construção da noção de homossexualidade, em uma perspectiva crítica, de modo a desmistificar debates místicos e conservadores sobre a temática; 2) Consultar dados oficiais sobre violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil, em vistas a sistematização e análise destes em uma perspectiva crítica. Para isso, utilizou-se como recurso a pesquisa bibliográfica em autores clássicos e contemporâneos que discutem tal temática, assim como análise documental, em vistas à apreensão e análise de dados oficiais sobre violência contra a população LGBTQIAPN+ no país. Realizou-se a análise de dados, assim como a revisão bibliográfica a partir de uma visão crítico dialética marxista, em vistas a uma historicização acerca dos aspectos da sexualidade humana e da construção da concepção de homossexualidade, a partir de uma visão crítico-reflexiva, uma vez que esta teoria e método favorecem uma análise crítica e de totalidade sobre a realidade social, sem perder de vista aspectos fundamentais do processo de constituição do ser social. Enquanto resultados da pesquisa pôde-se observar: em 2022 registrou-se 159 mortes violentas de mulheres transexuais e travestis, sendo esse público o que mais sofre com crimes dessa natureza (58,24%), seguida de homossexuais com 96 mortes violentas registradas (35,16%). Ressalta-se que as mulheres transexuais e travestis negras são maioria quando se trata desses indicadores, sendo 91 mortes (33,33%) do total registrado nesse segmento. Observou-se, ainda, que nesse período foram registradas 86 mortes (31,5%) sem identificação étnico-racial, o que demarca uma invisibilidade do pertencimento racial e pôde significar que esses dados são ainda mais alarmantes. Esses dados revelam o quanto a população LGBTQIAPN+ é vulnerável no que se refere às múltiplas violências, dentre as quais a morte motivada pelo ódio à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chaves: LGBTQIAPN+fobia. Indicadores. Crimes de ódio.

¹⁴Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Estácio do Pará. E-mail: eduardobeckman245@gmail.com

¹⁵Assistente Social. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Professor da Faculdade Estácio do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional da Faculdade Estácio do Pará. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). E-mail: francisco.neto2013@hotmail.com



Sessão de Pôster

A fala do Território: Identidade e R-existência no Quilombo de Pitimandeuá

Emilly Eduarda da Silva Cantanhede¹⁶ (UEPA)

Lucas Vianey Corrêa Silva¹⁷ (UEPA)

Aiala Colares de Oliveira Couto¹⁸ (UEPA)

Resumo: Este artigo busca compreender as estratégias territoriais de resistência do quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá em Inhangapí-Pará, resultante de um projeto de iniciação científica com duração de um ano. O estudo tem como propósito analisar as estratégias territoriais de resistência empregadas no território quilombola de Pitimandeuá. Neste contexto, a resistência é concebida como a persistência de um grupo étnico ancestral que enfrentou processos históricos de invisibilidade e subalternidade. Contudo, por meio de sua identidade distintiva e da interação intrínseca com o ambiente natural, essas comunidades conseguiram preservar sua presença histórica.

Realizou-se um amplo levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo, e uma semana de trabalho de campo no território quilombola proporcionou uma imersão nas dinâmicas locais, incluindo aspectos culturais e práticas econômicas. A coleta de dados envolveu registros fotográficos e entrevistas com membros da comunidade para melhor compreensão das formas de resistência e a economia sustentável baseada nos recursos naturais da região, buscando compreender a interseção entre identidade, território e natureza na construção da "r-existência" quilombola.

O artigo científico aborda de maneira integrada a relevância política, econômica e cultural dos territórios quilombolas, salientando a ancestralidade, coletividade e relações horizontais como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. Inicialmente, o texto contextualiza a formação dos quilombos no Brasil e na Amazônia, abordando aspectos como militarização, catequização e a presença de mão de obra indígena e africana. Destaca-se também rebeliões e a titulação de terras quilombolas como estratégias de resistência.

¹⁶ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: emilly.edscantanhede@aluno.uepa.br

¹⁷ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: lucas.vcsilva@aluno.uepa.br

¹⁸ Pós Doutor em Geografia e docente e orientador da pesquisa, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: aialacouto@uepa.br

A posteriori o texto direciona seu foco para o quilombo Menino Jesus de Pitimandeu, analisando especialmente suas relações com o território, como o processo de educação quilombola, festividades religiosas e a relevância econômica do extrativismo, em especial do açaí no território. O artigo sobressai a relação simbiótica entre as práticas culturais e econômicas, especificamente a bioeconomia local, evidenciando o papel central do território na segurança alimentar, economia circular e sustentabilidade. A discussão ressalta a importância do extrativismo sustentável, com foco especial no açaí como elemento-chave. A relação intrínseca entre território, identidade e natureza é explorada como fator essencial para a existência quilombola.

Os resultados deste artigo indicaram conquistas significativas na comunidade quilombola analisada, destacando a autonomia econômica como um componente central. Além disso, a soberania alimentar emergiu como um elemento crucial. A união e o trabalho familiar foram identificados como pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas. A coesão social e a colaboração dentro da comunidade foram fatores-chave que impulsionaram o desenvolvimento econômico sustentável.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as estratégias identitárias e a r-existência nos quilombos amazônicos, destacando a importância da relação entre terra, território, floresta, família e trabalho. A pesquisa visa contribuir para debates mais amplos sobre a resistência quilombola, enfatizando a vitalidade e a relevância dessas comunidades na Amazônia.

Palavras-chaves: Bioeconomia; Território; R-existência; sustentabilidade.



Sessão de Pôster

Vulnerabilidade Socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combu: Desafios e Perspectivas para o Turismo Comunitário

Giovane Martins Trindade¹⁹ (UFPA),
Valdiney Galiza Teles²⁰ (UFPA)
Jonathan Rodrigues Nunes²¹ (UNIVALI)
Silvia Helena Ribeiro Cruz²² (UFPA)

A cartografia da vulnerabilidade socioambiental é um tema globalmente relevante, influenciado por fatores como desenvolvimento tecnológico, crescimento populacional, expansão urbana e mudanças climáticas. O Turismo, quando mal planejado, pode agravar essa vulnerabilidade. Nas Ilhas de Cotijuba e Combu, em Belém-PA, o crescimento desordenado do turismo expôs a vulnerabilidade socioambiental dos moradores locais. Este estudo busca analisar essa vulnerabilidade e propor medidas de planejamento e ordenamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC) nessas ilhas. O objetivo central deste trabalho é analisar a vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combu, propondo estratégias de planejamento e ordenamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC). A metodologia adotada combina abordagens quantitativas e qualitativas. Utilizou-se formulários, entrevistas semiestruturadas e pesquisa in loco para avaliar a capacidade de resistência e resiliência das populações e territórios frente às dinâmicas do turismo. Essa abordagem multidisciplinar permitiu uma compreensão abrangente dos impactos socioambientais. Os resultados preliminares destacam que o turismo, ao induzir especulação imobiliária e aumento da produção de lixo, contribui para a vulnerabilidade socioambiental. A ausência de um plano de manejo nas ilhas, designadas como Área de Proteção Ambiental (APA), acentua essa vulnerabilidade. O TBC surge como uma alternativa sustentável, necessitando de um planejamento eficaz para mitigar os impactos negativos do turismo desordenado. O estudo aponta para a urgência de ações para proteger a sustentabilidade socioambiental local.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade socioambiental; Turismo Comunitário; Planejamento turístico.

¹⁹ Graduando em Bacharelado em Turismo, UFPA, Brasil. Email: giovanemartins7x@gmail.com

²⁰ Graduando em Bacharelado em Turismo, UFPA, Brasil. Email: telesv730@gmail.com

²¹ Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Brasil. Email: jonathanrodrigues58@hotmail.com

²² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. E-mail: scruez@ufpa.br



Sessão de Pôster

Título do trabalho: A Crise Climática e suas dimensões humanas entre as populações tradicionais na Amazônia brasileira

Luani Carina Aguiar Rodrigues²³(UFPA),
Thainara Silveira Ferreira ²⁴(UFPA)
Tânia Guimarães Ribeiro²⁵(UFPA)

A crise climática em suas dimensões sociais se apresenta como um desafio à imaginação sociológica, requerendo reflexões e ações que visem produzir um olhar peculiar sobre as desigualdades sociais e ambientais que os efeitos climáticos, de forma acelerada, vêm ampliando. O objetivo deste trabalho é caracterizar a crise climática entre as populações tradicionais, a partir das percepções dos moradores e moradoras que vivem na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Tapeiraçu, em Bragança-Pa, localizada no nordeste paraense. O Relatório do IPCC (2023) aponta que populações de certas regiões como África, Ásia, América Central e do Sul têm alta vulnerabilidade a desastres climáticos, sobretudo povos indígenas, pequenos agricultores e famílias de baixa renda em vista da ausência de proteção social e ambiental. O social e a iminência da crise vão gerar insegurança alimentar, a perda de renda, adoecimentos, danos materiais, entre outros.

O olhar da ecologia política (ALIER, 2011; SVAMPA, 2007) nos fornece pistas sociológicas para interpretar tais vulnerabilidades, na medida em que a desigualdade ambiental e climática não é provocada por aqueles que mais sentem seus efeitos. O racismo ambiental (HERCULANO, 2006) que caracteriza a distinção da estrutura de espaços e de capitais são fundamentos que sustentam a pesquisa exploratória na Iniciação Científica, baseada na análise de dados quantitativos (IPCC, 2023; TRATA BRASIL, 2023) e dos dados qualitativos coletados através de entrevistas com formulários fechados e semiabertos entre moradores e moradoras da Reserva Marinha.

A pesquisa vem privilegiando as entrevistas com as mulheres pela importância desse grupo, que vem se organizando em defesa das Resex Marinhas, ampliando suas redes relações ao nível nacional e internacional. Os resultados obtidos foram compilados em três pontos principais: caracterização socioeconômica das mulheres comunitárias; acesso aos bens e serviços e as percepções sobre a crise climática e mudanças do ambiente em qual habitam.

Os dados coletados em duas comunidades da Resex, não podem ser generalizados, mas indicam a preocupação com as questões climáticas e ambientais, dentro de seus contextos e de suas realidades. O saber tradicional, originado da experiência com o ambiente evidenciam a preocupação com a redução dos pescados e do caranguejo, a diminuição da colheita da maniva, base da alimentação e renda das populações locais. Sobre as variações climáticas, observam a diminuição das chuvas e o aumento da temperatura local e o alastramento das queimadas. Aliado a essas questões constatam-se a ausência de políticas públicas básicas, falta de transporte adequado, a ausência de saneamento e coleta seletiva do lixo.

Esses impactos transcendem fronteiras nacionais, emergindo como uma ameaça existencial global para a humanidade. O consenso científico acerca do agravamento da crise e o amplo reconhecimento

²³ Graduanda da Faculdade de Letras, ILC, bolsista de iniciação científica da Faculdade de Ciências Sociais, campus Guamá Belém-PA, Brasil. Email: luani.carina@gmail.com.

²⁴ Graduanda da Faculdade de Ciências Sociais, IFCH, bolsista do Projeto de extensão da Faculdade de Ciências Sociais, Campus Guamá Belém-PA, Brasil. Email: thainarasilveira004@gmail.com

²⁵ Professora Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de pós graduação em Sociologia e Antropologia / IFCH/UFPA, Brasil. Email: taniagr@ufpa.br

dos desafios que elas geram colocaram o clima no centro da política internacional Abdenur; Teixeira et al (2022), unindo vozes do sul global em busca de alternativas sociais, em particular liderado pelas mulheres em busca de um ecofeminismo de sobrevivência (SVAMPA,2007; SHIVA E MIES). É notável que a questão climática tenha assumido um papel preeminente nas agendas das políticas internacionais, demandando uma abordagem coletiva e estratégica.

Palavras-chaves: Crise climática; Sul Global; Amazônia brasileira; Ecofeminismo; Maretório.



Sessão de Pôster

Título do trabalho: Participação Social como promoção do saneamento básico e resiliência climática em Santana do Araguaia

Danarah Ariel Pires Gomes Brito²⁶(ICJ/UFPA),
Luciana Costa da Fonseca²⁷CESUPA/UFPA)

O saneamento básico é fator determinante para o desenvolvimento sustentável, é um importante instrumento de combate à escassez e poluição dos recursos ambientais, como os recursos hídricos, solo e o meio ambiente urbano como um todo; além da promoção da saúde pública. Por essas razões é um direito fundamental da população, que deve ser garantido mediante política pública, essencial para o combate às mudanças climáticas.

O Ranking do Saneamento Básico de 2023, publicado pelo Instituto Trata Brasil (2024) aponta a grande desigualdade de acesso ao saneamento. A pesquisa apontou que 4 municípios do Estado do Pará, Marabá, Santarém, Belém e Ananindeua, no ranking das 10 piores das 100 maiores cidades brasileiras. (TRATA BRASIL, 2024).

Santana do Araguaia é um dos 144 municípios do Estado do Pará na região norte do Brasil. O Painel do Saneamento Brasil aponta que 100% da população não possui coleta de esgoto e 87,2% não tem acesso à água, comprometendo a capacidade de resiliência da população diante das mudanças climáticas. (INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, 2021)

A informação e a participação da população nas políticas públicas ambientais ampliam a pressão pelo acesso saneamento básico e o combate às mudanças climáticas. Assim, a pesquisa tem como problema identificar quais os meios de participação da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas de saneamento básico e mudanças climáticas em Santana do Araguaia.

O Objetivo geral é contribuir para efetiva participação social como promoção da justiça climática e ampliação do acesso ao saneamento básico. O método utilizado para pesquisa é dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa ainda está em andamento, mas os resultados parciais demonstram que o Município possui Secretaria de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente (COMMASA), órgão da Política Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Complementar nº 0623/09. Embora a sociedade civil participe do COMMASA, não há regularidade e periodicidade das reuniões. As Atas disponíveis no sítio eletrônico do Órgão serão analisadas para identificar a efetiva participação da sociedade civil, assim como outros conselhos municipais relacionados ao tema.

Palavras-chaves: Mudanças Climáticas, Saneamento Básico, Participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IDEB. Santana do Araguaia, 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1506708-santana-do-araguaia/ideb>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

²⁶ Graduanda em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: danarahariel18@gmail.com.

²⁷ Professora do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pós Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Email: advlucianafonseca@gmail.com.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Municípios e Saneamento. Santana do Araguaia (PA). 2021. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pa/santana-do-araguaia>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

SEMMA. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santana de Araguaia. 2023. Disponível em <https://semmasantana.pa.gov.br/conselho-municipal-de-meio-ambiente>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.



Sessão de Pôster

GESTÃO DA PESCA, RENDA E QUALIDADE DE VIDA: ESTUDO SOBRE OS TIPOS DE INVESTIMENTOS REALIZADOS POR PESCADORAS DO ACORDO DE PESCA DO JURUPARI GRANDE, MUNICÍPIO DO MARAÃ, AMAZONAS.

Edgar Augusto de Medeiros Costa²⁸(UFPA),
Edna Ferreira Alencar²⁹(UFPA)

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa que analisou as relações de gênero no contexto de um projeto de gestão de recursos pesqueiros voltado para o manejo da espécie pirarucu (*Arapaima gigas*) denominado como Acordo de Pesca do Jurupari Grande, desenvolvido por pescadoras e pescadores que habitam comunidades rurais situados no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), município de Maraã, Amazonas. O objetivo era conhecer a importância dessa pesca para geração de renda, identificar os tipos de investimentos que são realizados pelas pescadoras e sua relação com a segurança alimentar e qualidade de vida da família. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho se baseou na análise de dados sociodemográficos coletados entre os anos 2019 e 2022 (Alencar, 2022) e na análise de entrevistas realizadas com pescadoras manejadoras, membros do Acordo de Pesca do Jurupari Grande. Os resultados apontam que o projeto de manejo está estruturado em diversas atividades, realizadas ao longo do ano. A participação em todas elas garante a homens e a mulheres receberem 100% da cota de peixes aos quais têm direito, segundo critérios de repartição previstos no Regimento Interno. As mulheres geralmente não alcançam a cota total por diversos fatores, entre eles a fragmentação de seu tempo de trabalho em função das demandas dos cuidados com os filhos pequenos ou do calendário escolar. Dados sociodemográficos de 16 pescadoras, indicam que 75% investem a renda obtida com a pesca manejada na compra de alimentos, de roupas, calçados e bens duráveis, os quais visam o bem-estar das famílias. Enquanto a pesca cotidiana se destina ao consumo e venda eventual, garantindo a segurança alimentar, a pesca manejada reforça o argumento de algumas pescadoras, cuja motivação para aderir ao projeto de manejo foi a garantia da abundância e a facilidade da captura dos peixes. Concluímos que os investimentos realizados pelas mulheres tem relação com a qualidade de vida de suas famílias. Sua participação no projeto permite o envolvimento de jovens e crianças nessa atividade, garantindo a continuidade na partilha de saberes e das práticas sustentáveis ligadas à pesca artesanal.

Palavras-chaves: Gênero, pesca artesanal, renda, segurança alimentar, qualidade de vida.

²⁸ Graduando do curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: edgaraugustodemedeiroscosta@gmail.com.

²⁹ Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: ealencar@ufpa.br.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:



Apoio:



Parcerias:

